

**DOU**  
**Diário Oficial da União**  
**05.set.22**



426	2002	Instrução Normativa	17	28/08/2002	Para fins de obtenção da certificação de conformidade de ciclomotores, motocicletas e veículos similares, nacionais ou importados, junto ao promotor, os interessados devem enviar requerimento ao IBAMA, e ao seu agente técnico conveniado, juntamente com o formulário de características do veículo, anexo I desta instrução normativa, devidamente preenchido.
427	2002	Instrução Normativa	15	23/08/2002	Para fins de obtenção da certificação de conformidade de conjunto de componentes do sistema de gás natural, nacionais ou importados, junto ao programa de controle da poluição por veículos automotores - proconve, os interessados deverão enviar requerimento ao agente técnico conveniado do IBAMA, juntamente com o formulário " características do sistema de conversão bi-combustível" anexo-I desta instrução normativa, devidamente preenchido.
428	2001	Instrução Normativa	7	06/07/2001	Altera a Instrução Normativa nº 1, de 14 de julho de 2000.
429	2001	Instrução Normativa	3	04/05/2001	Os planos de manejo florestal sustentável - PMFS visando a exploração sustentável da vegetação nativa e suas formações sucessoras na região Nordeste do Brasil, formulados por engenheiro florestal ou engenheiro agrônomo habilitado, deverão ser protocolizados no IBAMA, em 2 (duas) vias, conforme anexo III ou IV, ambos desta Instrução Normativa, acompanhado obrigatoriamente dos documentos constantes nos parágrafos seguintes, em conformidade com a área total da propriedade.
430	2001	Portaria	59	24/04/2001	Fica suspensa até que seja concluída sua revisão, a utilização do manual de teste para ecotoxicidade de agentes químicos, conforme prevista no art. 21 da Portaria IBAMA nº 84, de 15 de outubro de 1996.
431	2001	Instrução Normativa	2	02/03/2001	Determinar a identificação individual de espécimes da fauna silvestre e de espécimes da fauna exótica mantidos em cativeiro nas seguintes categorias de registro junto ao IBAMA: jardim zoológico, cradouro comercial de fauna silvestre e exótica, cradouro conservacionista, cradouro científico e mantenedouro de fauna exótica.
432	2000	Instrução Normativa	1	14/07/2000	Estabelece critérios a serem adotados pelo IBAMA para concessão de registro de dispersantes químicos empregados nas ações de combate a derrames de petróleo e seus derivados no mar.
433	1998	Portaria	163	08/12/1998	Altera a Portaria 93, de 07 de julho de 1998, que dispõe sobre a exportação e importação da fauna silvestre.
434	1998	Portaria	145	29/10/1998	Estabelecer normas para a introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos e macrofitas aquáticas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies animais ornamentais.
435	1998	Portaria	102	15/07/1998	Normaliza o funcionamento de criadouros de animais da fauna silvestre exótica com fins econômicos e industriais.
436	1998	Portaria	93	07/07/1998	Dispõe sobre a exportação e importação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e fauna silvestre exótica.
437	1997	Portaria	167	26/12/1997	Para fins de certificação de conformidade de veículos e motores, nacionais ou importados, junto ao proconve, os interessados devem apresentar ao agente técnico conveniado do IBAMA, devidamente preenchido os anexos a1, a2, b1, b2, b3, c1 e c2 desta portaria, conforme o caso.
438	1997	Portaria	151	24/11/1997	Para efeito de registro de produtos preservativos de Madeira, o interessado deverá protocolar processo contendo a documentação completa estabelecida pelo Art. 5º da Portaria Interministerial nº 292/89 de 28 de abril de 1989 e pelo inciso II, alíneas b, d e e da Instrução Normativa nº 5/92 de 20 de outubro de 1992.
439	1997	Portaria	117	15/10/1997	Normaliza a comercialização de animais vivos, abatidos, partes e produtos da fauna silvestre brasileira com finalidade econômica e industrial e jardins zoológicos registrados junto ao IBAMA.
440	1997	Portaria	118	15/10/1997	Normaliza o funcionamento de criadouros de animais da fauna silvestre brasileira com fins econômicos e industriais.
441	1996	Portaria	85	17/10/1996	Dispõe que toda empresa possuidora de frota de transporte de carga ou de passageiros, cujos veículos sejam movidos a óleo diesel, deverá criar e adotar um programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota quanto a emissão de fumaça preta, conforme diretrizes constantes do anexo desta portaria.
442	1996	Portaria	86	17/10/1996	Dispõe sobre veículo automotores importados que serão obrigados a atender os limites de emissão de poluentes e níveis de ruído estabelecidos para os veículos nacionais, mediante a obtenção, pelo importador, pessoa física ou jurídica, junto ao IBAMA, da licença para uso da configuração do veículo ou motor-ICVM, conforme determina os arts. 4º e 5º da lei nº 8.723 de 28.10.93.
443	1996	Portaria	84	15/10/1996	Dispõe sobre o efeito de registro e avaliação do potencial de periculosidade ambiental (PPA) de agrotóxicos, seus componentes e afins, e institui o sistema permanente de avaliação e controle dos agrotóxicos, segundo disposições do decreto nº 98.816 em seu art. 2º.
444	1996	Portaria	8	02/02/1996	Estabelece normas gerais para o exercício da pesca na bacia hidrográfica do rio Amazonas e revoga todas as portarias SUDEPE.
445	1995	Portaria	113	29/12/1995	Disciplina a exploração das florestas primitivas e demais formas de vegetação arbórea nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste, que tenha como objetivo principal a obtenção econômica de produtos florestais e somente será permitida através de manejo florestal sustentável.
446	1995	Portaria	45	29/06/1995	Constituir a rede brasileira de manejo ambiental de resíduos rebramar, integrada a rede pan-americana de manejo ambiental de resíduos rebramar com o objetivo de promover o intercâmbio, difusão e acesso aos conhecimentos e experiências no manejo de resíduos.
447	1993	Portaria	101	23/09/1993	Estabelecer os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela lei nº 6938/81 e pelas resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97.
448	1993	Portaria	48	23/04/1993	Cria a Rede Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (RENIMA).
449	1992	Portaria	127	26/11/1992	Tranferir em Ecovívio Reale.. do IRMA, e Posto de Controle e Fiscalização de Vitória, subordinado à Superintendência Estadual do IBAMA no Estado do Espírito Santo.
450	1992	Portaria	149	23/11/1992	Estabelece procedimentos relativos ao registro e licenciamento das atividades ligadas à comercialização e uso de motosserra.
451	1992	Portaria	123	23/11/1992	Extinuir o Poeto de Controle e Fiscalização de Mimosa do Sul, Eotado do Espírito Santo
452	1992	Instrução Normativa	5	20/10/1992	Disciplina os procedimentos a serem observados quando do cumprimento do estabelecido na portaria interministerial n. 292 de 28 de abril de 1989
453	1991	Portaria	83	26/09/1991	Proíbe o corte e exploração de aroeira, barauanas e congalo alves em floresta primária, e em áreas de preservação permanente e regulamentação a exploração destas espécies em florestas secundárias, cerrado e cerrado

## Ministério de Minas e Energia

### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

#### PORTARIA Nº 1.621/SPE/MME, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, e o que consta no Processo nº 48340.001184/2022-14 resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Eólicas na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se aos Pontos de Medição Individual - PMI das usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

## ANEXO

### GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MWh/médio)
EOL.CV.RN.032080-3.01	AW São João	25,200	14,1
EOL.CV.RN.032194-0.01	AW Santa Régia	37,800	21,7

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

### RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.597, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000966/2022-56. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Janaúba 138 Ltda. Objeto: Altera, a pedido, o Anexo da Resolução Autorizativa nº 11.316, de 2022, que trata da declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Usina de Energia Fotovoltaica Janaúba 138 Ltda., da área de terra necessária à implantação da Linha de Transmissão 138 kV Profª. Heley de Abreu Silva Batista - SE Janaúba 3, localizada no estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO



**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.598, DE 30 DE AGOSTO DE 2022**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005785/2020-54, 48500.005786/2020-07. Interessada: Furnas Centrais Elétricas S.A. Objeto: Autoriza Furnas Centrais Elétricas S.A., Contrato de Concessão nº 062/2001, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em <http://biblioteca.aneel.gov.br>.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

**DESPACHO Nº 2.348, DE 30 DE AGOSTO DE 2022**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000193/2021-27, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Juruena Energia S.A. cadastrado no CNPJ sob o número 07.283.842/0001-47 em face do Auto de Infração nº 007/2019-AGER/MT-SFG, lavrado pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados -AGER, que aplicou a penalidade de multa em decorrência de fiscalização de segurança de barragem na Pequena Central Hidrelétrica - PCH Juína, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, no sentido de aplicar a penalidade de multa no valor de R\$ 16.819,02 (dezesesseis mil, oitocentos e noventa e dois centavos).

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

**DESPACHO Nº 2.350, DE 30 DE AGOSTO DE 2022**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003590/2020-70, decide conhecer o recurso administrativo interposto pela Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. cadastrada no CNPJ sob o número 03.467.321/0001-99 em face do Despacho nº 1.711/2021, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a decisão consubstanciada no Despacho nº 1.711, de 2021.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

**DESPACHO Nº 2.419, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022**

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que constam dos Processos nºs 48500.003899/2017-64, 48500.003897/2017-75, 48500.003896/2017-21, 48500.003894/2017-31, 48500.003893/2017-97 e 48500.003892/2017-42, decide conhecer do pedido de efeito suspensivo interposto pela Powertech Engenharia, Serviços e Locações de Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Powertech"), para, no mérito, suspender os efeitos do Despacho nº 2.174, de 9 de agosto de 2022, bem como das Resoluções Autorizativas nºs 12.470, 12.471, 12.472, 12.473 e 12.474, datadas de 9 de agosto de 2022, até o julgamento definitivo do Pedido de Reconsideração interposto.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

**SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO****DESPACHO Nº 2.418, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022**

Processo nº: 48500.002337/2004-53. Interessado: BRK Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A. Decisão: (i) homologar os parâmetros necessários ao cálculo da garantia física da PCH Ilha da Luz, com 3.800 kW de potência instalada, CEG nº PCH.PH.ES.030265-1.01; e (ii) informar que a data de início da vigência do consumo interno revisado será 23 de outubro de 2012. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em [biblioteca.aneel.gov.br](http://biblioteca.aneel.gov.br).

RENATO MARQUES BATISTA  
Superintendente Adjunto**DESPACHO Nº 2.455, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022**

Processo nº: 48500.007074/2019-81. Interessados: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.- Eletronorte. Decisão: Alterar, a pedido do interessado, o Despacho nº 3.686, de 30 de dezembro de 2019, a fim de registrar a alteração da potência instalada da Central Geradora Termelétrica - UTE Rio Negro, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UTE.GN.AM.046581-0.01, para 188.170 kW; e registrar a alteração de coordenadas geográficas. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em <https://biblioteca.aneel.gov.br/Busca/Avancada>.

RENATO MARQUES BATISTA  
Superintendente Adjunto**SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO****DESPACHOS DE 2 DE SETEMBRO DE 2022**

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 3 de setembro de 2022.

Nº 2.445 Processo nº: 48500.003350/2001-12. Interessados: Cooperativa Regional de Desenvolvimento Teutônia - CERTEL. Modalidade: Operação em teste. Usina: PCH Salto Forqueta. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 3.040,00 kW cada. Localização: Município de Putinga, no estado de Rio Grande Do Sul.

Nº 2.446 Processo nº: 48500.001656/2017-91. Interessados: PCH Mantovilis SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: PCH Mantovilis. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 2.600,00 kW cada. Localização: Município de Santo Antônio do Leverger, no estado do Mato Grosso.

Nº 2.447 Processo nº: 48500.003932/2017-56. Interessados: Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Cucuí - COE. Unidades Geradoras: UG1 a UG3, de 225,00 kW cada. Localização: Município de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas.

Nº 2.448 Processo nº: 48500.000652/2020-91. Interessados: Oitis 3 Energia Renovável S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Oitis 3. Unidades Geradoras: UG5 a UG7, de 5.500,00 kW cada. Localização: Município de Dom Inocêncio, no estado do Piauí.

Nº 2.449 Processo nº: 48500.002328/2022-70. Interessados: Barra Bonita Óleo e Gás Ltda. Modalidade: Operação comercial. Usina: UTE Barra Bonita I. Unidades Geradoras: UG5, de 1.474,14 kW. Localização: Município de Pitanga, no estado do Paraná.

Nº 2.450 Processo nº: 48500.000348/2017-49. Interessados: Nova Guaporé Energética S/A. Modalidade: Operação comercial. Usina: PCH Nova Guaporé. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 7.000,00 kW cada. Localização: Município de Pontes e Lacerda, no estado do Mato Grosso.

Nº 2.451 Processo nº: 48500.000700/2020-41. Interessados: Janaúba VI Geração Solar Energia S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Janaúba 6. Unidades Geradoras: UG1 a UG294, de 175,00 kW cada. Localização: Município de Janaúba, no estado de Minas Gerais.

Nº 2.452 Processo nº: 48500.000701/2020-96. Interessados: Janaúba VII Geração Solar Energia S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Janaúba 7. Unidades Geradoras: UG1 a UG294, de 175,00 kW cada. Localização: Município de Janaúba, no estado de Minas Gerais.

Nº 2.453 Processo nº: 48500.000161/2017-45. Interessados: Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. Modalidade: Operação em comercial. Usina: EOL Mulungu. Unidades Geradoras: UG1 a UG5, de 2.700,00 kW cada. Localização: Município de Guanambi no estado da Bahia. As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em <https://biblioteca.aneel.gov.br>.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR  
Superintendente**SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO****DESPACHO Nº 2.454, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo no 48500.003958/2022-61, decide indeferir o pleito formulado pela Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.840.748/0001-89, de redução não onerosa do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST - em valor superior a 10% (dez por cento) no ponto de conexão Teresina - 69 kV, integrante do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão nº 094/2002, no período de abril de 2022 até setembro de 2024.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

**AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO  
GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA**DESPACHO  
Relação nº 115/2022

Fase de Autorização de Pesquisa  
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

872.553/2016-SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-ALVARÁ Nº2.118/2017

870.009/2018-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-ALVARÁ Nº2.234/2018

870.010/2018-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-ALVARÁ Nº2.235/2018

870.668/2015-MINE INVEST BRAZIL LTDA-ALVARÁ Nº15.400/2015

871.289/2017-CBM CONSÓRCIO DE MINERAÇÕES LTDA-ALVARÁ Nº9.353/2017

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

872.584/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM

871.069/2021-FORTALEZA MINERADORA LTDA

872.589/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM

870.921/2018-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO

871.565/2015-JITAUNA PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA

Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)

870.031/2017-MINERADORA UBAX LTDA

872.235/2017-A E MINERACAO RAPOSA LTDA

872.268/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME

870.273/2018-AGEANDRO LAERTE PEREIRA DA SILVA

870.323/2018-AGEANDRO LAERTE PEREIRA DA SILVA

870.361/2018-AGEANDRO LAERTE PEREIRA DA SILVA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

872.187/2012-VALTER MONACO CONCEICAO FILHO-OF. Nº40217/2022

873.581/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA-OF. Nº40288/2022

873.576/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA-OF. Nº40282/2022

873.585/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA-OF. Nº40281/2022

874.810/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA-OF. Nº39256/2022

874.892/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA-OF. Nº39369/2022

874.815/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA-OF. Nº39381/2022

874.812/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA-OF. Nº39472/2022

874.351/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA-OF. Nº39501/2022

874.348/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA-OF. Nº39544/2022

873.582/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA-OF. Nº40186/2022

870.017/2017-RENOVAE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. Nº38476/2022

871.107/2016-PEDRO ROBERTO BONADIMAN FILHO-OF. Nº40216/2022

871.584/2017-PROMINING PARTICIPACOES LTDA-OF. Nº41738/2022

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

870.353/2014-MINERACAO CARAIBA S/A-Cobre e Níquel-Juazeiro/BA

870.960/2011-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA-QUARTZITO-Caetanos/BA

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

872.168/2016-JAIR FURNO PIRES FRANCISCO- Área de 989,37ha para 424,65ha-Quartzito-Gentio do Ouro/BA

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)

872.235/2017-A E MINERACAO RAPOSA LTDA

Determina o arquivamento definitivo do processo(279)

872.235/2017-A E MINERACAO RAPOSA LTDA

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

870.121/2012-L & E ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. Nº40245 e 40252/2022

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

871.221/2018-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-ALVARÁ Nº1.440/2019

871.220/2018-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-ALVARÁ Nº1.360/2019

870.140/2019-PAVISA PAVIMENTACAO E OBRAS DE SANEAMENTO LTDA-ALVARÁ Nº7.009/2019

870.138/2019-PAVISA PAVIMENTACAO E OBRAS DE SANEAMENTO LTDA-ALVARÁ Nº7.007/2019

870.139/2019-PAVISA PAVIMENTACAO E OBRAS DE SANEAMENTO LTDA-ALVARÁ Nº7.008/2019

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

870.718/2001-MILFONTES ÁGUAS MINERAIS E BEBIDAS LTDA- Fonte: Humaitá, Águas Claras e D'Saúde,Marca: Milfontes, Embalagens: 20L(sem gás)- SIMÕES FILHO/BA

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)

872.346/2012-IBMG MINERAÇÃO COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA.-CASA NOVA/BA - Guia nº 83/2022-10.000t/ano-Mármore- Vigência da Guia:03 Anos

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

871.627/2017-MM EMPREENDIMENTOS EIRELI-OF. Nºnº 13946/2021/DIFAM-BA/ANM

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

871.024/2019-DISTRIBUIDORA DE AREIA MUCURI ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA  
Gerente  
Substituto